



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

**DIREITOS HUMANOS, AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DESAFIOS
IMPOSTOS AO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE NA GESTÃO PÚBLICA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

**DIREITOS HUMANOS, AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DESAFIOS
IMPOSTOS AO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE NA GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância (PROEAD), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof^a. M^a. Alcione Ferreira da Silva.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L769d Lisboa, Magno da Nóbrega.
Direitos humanos, as tendências das políticas sociais e desafios impostos ao Serviço Social em tempos de crise na Gestão Pública [manuscrito] / Magno da Nóbrega Lisboa. - 2022.
31 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."
1. Políticas sociais. 2. Direitos humanos. 3. Serviço Social.
4. Gestão pública. I. Título
21. ed. CDD 341.481

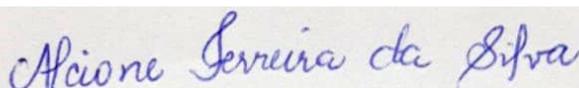
MAGNO DA NÓBREGA LISBOA

DIREITOS HUMANOS, AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DESAFIOS IMPOSTOS AO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE NA GESTÃO PÚBLICA

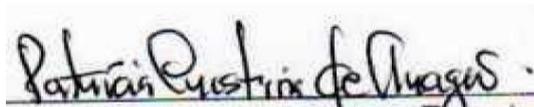
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância (PROEAD) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovado em 25 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. M^a. Alcione Ferreira da Silva
DSS – CCSA – UEPB
(Orientadora)



Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão
DH – CEDUC – UEPB
(Examinadora)



Prof^a. M^a. Franciele da Silva Santos
UADSS – CCJS – UFCG
(Examinadora)

Dedico a conclusão deste curso de especialização em Gestão Pública Municipal pela UEPB, a minha mãe Lúcia, ao meu pai “Zezão” (*in memoriam*) e a minha avó Maria da Paz (*in memoriam*), que foram minha motivação para sempre buscar o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é minha força, meu guia, a quem atribuo toda fé, pela conclusão deste curso de especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Sou grato a Ele por poder realizar esse curso de forma tranquila e singular, conciliando com o mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UEPB juntamente com minha carreira profissional como Assistente Social do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) dos municípios de Juazeirinho - PB e Santo André - PB. Gratidão me define em poder concluir mais um curso de especialização nesta Universidade que tenho tanto amor e estima.

Agradeço a intercessão de Maria Santíssima, mãe de Jesus Cristo, que sempre foi minha medianeira nas orações e intercessões, iluminando e protegendo meu caminho, como também ao meu Anjo da Guarda, meu protetor, e a Santo Expedito, que tenho estimada devoção, bem como todos os anjos e santos que são meus fortalecedores nesta caminhada.

Agradeço a minha mãe Maria Lúcia da Nóbrega, que me fornece todo apoio, força e incentivo para que eu não desista de nenhuma etapa. Sou grato por sempre estar ao meu lado, apoiando-me em todas as minhas decisões, dificuldades e conquistas. Agradeço por seu meu rochedo, minha aliada, minha medianeira. Não tenho palavras para agradecer-te. Obrigado, Mainha!

Agradeço ao meu pai José Antônio da Nóbrega (*in memoriam*), que sempre fez questão em me apoiar nos meus estudos para meu crescimento como ser humano, que sempre me incentivou no caminho para o conhecimento.

Agradeço também a minha avó Maria da Paz Nóbrega (*in memoriam*), que foi um dos pilares de meu crescimento intelectual, educacional, acadêmico e pessoal. Sinto muito a falta de teu colo a me afagar quando eu mais necessitava. Fostes um grande apoio na minha existência e nas minhas conquistas. Sinto falta quando nos momentos de dificuldades escolares, eu pedia as tuas orações para que tudo fosse solucionado.

De fato, tenho plena certeza de que ambos estão participando ativamente de minhas conquistas e que estão felizes e satisfeitos com mais uma conquista

alcançada. Afinal, sou a continuidade do brilho de vocês, pai e avó. Minha gratidão por vocês é imensa. Muito obrigado, Painha e Vovó!

À professora orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), M^a. Alcione Ferreira da Silva, do Departamento de Serviço Social (DSS) da UEPB, que aceitou orientar meu trabalho em meio aos seus compromissos acadêmicos. Agradeço pela aceitação em orientar este trabalho acadêmico. Sinto-me honrado e privilegiado por estar sendo orientado por você, que não só tornou-se apenas colega de graduação em Serviço Social e da especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, como também uma grande amiga e parceira de jornadas acadêmicas até os dias hodiernos.

À professora participante da banca examinadora Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão, minha orientadora do mestrado acadêmico, que aceitou avaliar esse trabalho em meio aos seus inúmeros compromissos acadêmicos, tornando-se uma espécie de fada madrinha na minha vida acadêmica, na qual será um exemplo acadêmico a ser seguido por mim, como fonte de inspiração para ingresso em novos patamares acadêmicos. Um exemplo de academicismo, maestria, diplomacia e supremacia intelectual.

À professora participante da banca examinadora M^a. Franciele da Silva Santos, minha inesquecível colega de graduação em Serviço Social da UEPB, que atualmente é docente do referido curso no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Franciele é exemplo de determinação, esforço e luta em prol dos objetivos de vida.

De fato, as sugestões e avaliações de Patrícia Aragão e Franciele Santos, serão valiosas e de suma relevância para a conclusão deste trabalho de conclusão da especialização em Gestão Pública Municipal, como também o término de mais um título conquistado em minha trajetória acadêmica pela minha tão amada UEPB.

Aos colegas deste curso de especialização, tais como: Aline Moraes, Ana Paula (também colega da graduação em Serviço Social na UEPB e do curso de especialização em Assistência Social e Políticas de Saúde) Jonas Feitosa e Lilian Trindade.

À Tiago Colaço, meu vizinho quando criança e colega do Colégio Municipal Severino Marinheiro, que com seu veículo alternativo, me esperou na reitoria, para a realização da minha matrícula neste curso, no período efervescente da pandemia do novo *Coronavírus* (COVID-19).

A todos que de algum modo contribuíram e contribuem ao longo de toda minha jornada acadêmica para a conquista de mais um objetivo acadêmico que se concretiza.

Portanto, dentre estes fatores citados, só resta expressar a minha gratidão incondicional.

Muito obrigado a todos!

“É necessário que os movimentos sociais e entidades se organizem para fortalecer as ações sociais do governo através de políticas públicas bem avaliadas e gerenciadas para propiciar condições de vida digna à população associada, analisando a opinião pública no âmbito econômico, social, cultural e político”.

(SILVA; PEREIRA, 2018, p. 224).

RESUMO

O referido Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta como objetivo abordar a política social brasileira na atualidade, principalmente no que diz respeito ao processo de retrocesso na gestão pública e retirada dos direitos sociais da população e os desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade. Assim sendo, abordará a respeito dos direitos humanos e da importância da Constituição Federal Cidadã de 1988, uma vez que por meio de intensas lutas dos movimentos sociais, tal Constituição consolidou a garantia dos direitos sociais da população brasileira, bem como a participação da sociedade civil na formulação, monitoramento, execução e avaliação das políticas públicas. Utiliza como embasamento teórico as contribuições dos autores Alves (2005), Behring; Boschetti (2006), Iamamoto (2017), Pastorini (1997), Santos (2012), entre outros autores que abordam acerca das políticas públicas e sociais dos direitos humanos. Dessa forma, torna-se de grande relevância a participação da sociedade nos movimentos sociais, como também no planejamento, execução e avaliação das políticas sociais, com o propósito de efetivá-las como pleno direito de cidadania.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Direitos Humanos. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) aims to address current Brazilian social policy, especially with regard to the process of regression in public management and withdrawal of the population's social rights and the challenges imposed on Social Work in contemporary times. Therefore, it will address human rights and the importance of the Federal Constitution of 1988, since through intense struggles of social movements, this Constitution consolidated the guarantee of the social rights of the Brazilian population, as well as the participation of civil society in the formulation, monitoring, execution and evaluation of public policies. It uses as a theoretical basis the contributions of the authors Alves (2005), Behring; Boschetti (2006), Iamamoto (2017), Pastorini (1997), Santos (2012), among other authors who address public and social policies of human rights. In this way, society's participation in social movements becomes of great importance, as well as in the planning, execution and evaluation of social policies, with the purpose of putting them into effect as a full right of citizenship.

Keywords: Social Policies. Human Rights. Social Issues. Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJS – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CEDUC – Centro de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

DH – Departamento de História

DSS – Departamento de Serviço Social

NASF-AB – Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica

PNAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

PPCAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PPDDH – Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PROVITA – Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UADSS – Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE	14
2.1 Direitos humanos e seus fundamentos históricos: breve contextualização	14
2.2 Surgimento dos direitos humanos no Brasil e as dificuldades no atual contexto societário	15
3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS	18
3.1 As expressões da questão social em tempos de crise e perda de direitos .	18
3.2 As formas de enfrentamento contra o retrocesso das políticas sociais.....	20
4 OS PRINCIPAIS DESAFIOS COLOCADOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA SOCIAL	25
4.1 Lutas pelos direitos humanos e sociais no contexto do retrocesso da política social.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste num trabalho monográfico que, por sua vez, abordará acerca da política social no Brasil na atualidade, principalmente no que diz respeito ao processo de retrocesso e retirada dos direitos sociais da população e os desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade com enfoque na defesa dos direitos humanos. Tal estudo também abordará as reais atribuições que os profissionais do Serviço Social devem realizar frente a atual conjuntura política que estamos vivenciando.

Torna-se importante destacar que a proposta de elaboração deste trabalho final para o curso de especialização em Gestão Pública Municipal, deu-se devido estarmos contemporaneamente vivenciando um período de retrocesso das políticas sociais através de uma gestão pública federal que prima pelo conservadorismo, pelo retorno e veneração do período ditatorial causado pela intervenção militarista, pelas práticas antidemocráticas, dentre outros inúmeros fatores que contrapõem a Constituição Federal de 1988, fruto de intensas lutas pela democratização, justiça social e igualdade de direitos para a população brasileira.

O referido artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, de acordo com Medeiros (2008), a pesquisa bibliográfica busca levantamento de livros e revistas relevantes para o tema da pesquisa e a pesquisa documental consiste no levantamento de documentos importantes para respaldar as informações pesquisadas. Para tanto, utiliza como embasamento teórico as contribuições dos autores Alves (2005), Boschetti (2017), Iamamoto (2017), Santos (2012), Vasconcelos (2015), entre outros autores que abordam acerca das políticas sociais, questão social, Serviço Social e direitos humanos.

De início, no primeiro capítulo a respeito dos “**Direitos humanos e sociedade**”, abordará uma breve contextualização dos fundamentos históricos sobre os direitos humanos a nível mundial e nacional, principalmente em relação à atual conjuntura política da gestão pública brasileira, na qual corresponde ao processo de retrocesso e retirada dos direitos da população.

Por conseguinte, no segundo capítulo acerca da “**Questão social e política social**”, discutirá sobre o Serviço Social frente à conjuntura da perda de direitos no atual contexto das expressões da questão social e a respeito das formas de

enfrentamento por meio das políticas sociais e suas perspectivas no contexto contemporâneo em tempos de crise.

Posteriormente, no terceiro capítulo sobre **“Os principais desafios colocados para o Serviço Social na política social”**, far-se-á uma explanação acerca do Serviço Social na perspectiva da viabilização dos direitos e os desafios impostos aos Assistentes Sociais para pleno desenvolvimento da política social frente às problemáticas vivenciadas hodiernamente.

2 DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE

2.1 Direitos humanos e seus fundamentos históricos: breve contextualização

Pode-se afirmar que os direitos humanos devem ser garantidos a todas as pessoas de todas as raças, etnias, gêneros, religiões, vertentes políticas e classes sociais de forma universal. Segundo Galvão (2005), os primeiros registros acerca da declaração dos direitos humanos são provenientes da Carta Magna da Inglaterra elaborada durante o século XIII. Entretanto, não era considerada como documento oficial dos direitos humanos. A referida Carta Magna consistia em legitimar o poder oligárquico vigente dos barões e poderes eclesiásticos, restringindo o poder da monarquia. Embora a Inglaterra tenha dado o pontapé inicial, Galvão (2005) assinala que na América do Norte surgiu a primeira Declaração de Direitos, em meados de 1776, na qual preconizava que todos são iguais, independentes e livres por natureza.

Galvão (2005) destaca que no ano de 1789, na França, foi promulgada a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, quebrando os paradigmas do absolutismo europeu e reverberando nos movimentos revolucionários que transformaram o mundo durante o século XIX. Diante do contexto da Revolução Francesa, o referido autor afirma que tal Declaração desempenhou grande alcance em comparação à declaração dos direitos humanos norte-americanos. Baseada nos princípios iluministas e humanistas preconizava a liberdade, igualdade e fraternidade.

No entanto, torna-se de suma importância salientar que há discussões que os princípios burgueses, inclusive o de fraternidade, não foram pensados para todos. Em relação ao Brasil, por exemplo, este ainda encontrava-se em processo de escravização de pessoas negras, bem como outros países que foram dominados pela França, a exemplo do Haiti, viviam grandes expropriações e esses ideais burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade, na realidade nunca chegaram.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) *apud* Mondaini (2008), os direitos humanos são “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana” (MONDAINI, 2008, p. 16). São exemplos de direitos humanos, o direito à vida, direito à integridade física, direito à dignidade, entre outros. Quando os direitos

humanos são firmados em determinado ordenamento jurídico, como nas Constituições, eles passam a ser chamados de direitos fundamentais, tornando-se uma importante ferramenta de proteção para qualquer cidadão no mundo. Ainda assim, existem diversos casos de desrespeito a esses direitos, colocando pessoas em situações de abuso, intolerância, discriminação e opressão. A promoção dos direitos humanos é imprescindível para o pleno exercício da democracia.

De acordo com Galvão (2005), os direitos humanos consistem num conjunto de faculdades e instituições que, em determinado momento histórico, concretiza as exigências da dignidade, a liberdade e igualdade humana, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos a níveis nacional e internacional. Direitos humanos distinguem-se de direitos concretos, ou seja, direito positivo que se torna uma competência do Estado, que busca primar pela equidade e justiça social, garantindo-lhes salário digno, moradia, educação, assistência à saúde, dentre outros direitos sociais.

Ainda, conforme Galvão (2005), existe um grande número de espécies de direitos humanos e ao longo do tempo vão surgindo novos grupos e diferentes classificações. Nesse sentido, o supracitado autor enfatiza que uma destas diversas classificações é feita da perspectiva histórica de sua gênese, na qual são consideradas quatro gerações e/ou dimensões de direitos humanos que são: direitos de primeira (civis e políticos), segunda (econômicos, sociais e culturais), terceira (fraternidade ou solidariedade) e quarta gerações/dimensões (vida, informação, democracia, desenvolvimento sustentável, entre outros).

Portanto, com base no que foi abordado a esse respeito, é correto afirmar que os direitos humanos são construções constantes que, por sua vez, se adequam conforme o decorrer do tempo, de acordo com as necessidades da população mediante as transformações societárias.

2.2 Surgimento dos direitos humanos no Brasil e as dificuldades no atual contexto societário

Os direitos humanos no Brasil estão vinculados principalmente com a história das Constituições brasileiras. Embora seja uma discussão antiga no mundo, no Brasil está ligada diretamente ao terrorismo de Estado do final do século XX relacionado à questão da ditadura militar, que em seu período de 21 anos, ocorridos

entre os anos de 1964 a 1985, era uma época em que os direitos sociais não existiam muito menos humanos, haja vista que a população na qual protestava contra as barbáries do regime militar, era hostilizada, torturada, exilada ou, até mesmo, morta.

Nos anos de 1980, ocorreu o processo de redemocratização da política brasileira proveniente do período pós-ditadura. A partir disto houve um olhar mais aguçado e a organização de espaços de diálogos acerca dos direitos humanos no Brasil. Vale pontuar que esse direcionamento para promoção de espaços de debates ocorre a partir da luta da sociedade em dar visibilidade às atrocidades da época.

De acordo com Pinheiro e Mesquita Neto:

Nos anos 60 e 70 a violência arbitrária do Estado e o desrespeito às garantias fundamentais fez com que indivíduos e grupos se voltassem contra o regime autoritário em nome da defesa dos direitos humanos. As primeiras comissões de direitos humanos foram instituídas a partir da década de 70 e chamaram a atenção para a tortura e os assassinatos de dissidentes e presos políticos revelando as condições gritantes das prisões brasileiras. Nos anos 80 e 90, entretanto, o aumento da criminalidade e da insegurança, agora sob o regime democrático levou indivíduos e coletividades a se voltarem contra a defesa dos direitos humanos, os quais alegavam que tais direitos serviam mais aos criminosos e aos delinquentes do que às vítimas (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997, p. 121).

Com base na afirmação dos autores acima citada, ocorreu, por parte dos cidadãos, um grande ressentimento ainda trazido da época do regime militar, uma vez que, conforme os referidos autores em questão, após o período de redemocratização da política brasileira a defesa pelos direitos humanos e sociais era direcionada para as classes desfavorecidas. No entanto, a ideologia do autoritarismo da classe hegemônica encontrou formas de divulgação, através dos recursos midiáticos da época, para disseminar que os direitos humanos eram danosos à sociedade.

De acordo com Engelmann e Madeira (2015), embora a Constituição Federal de 1988 assegurar-se como marco importante em prol da igualdade de direitos, no ano de 1996, por meio do I Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e, posteriormente, em 1997, com a fundação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, que os direitos humanos ganham importância considerados como “assunto de Estado”.

O conceito de direitos humanos assumido pelo primeiro PNDH reconhece o papel e a obrigação do Estado como órgão promotor dos direitos humanos, bem como a universalidade e indivisibilidade de tais direitos. A adoção de um conceito largo de direitos humanos, que engloba direitos civis e políticos, mas, também, econômicos, sociais e culturais – pelo governo brasileiro – reforça perspectivas defendidas por organismos internacionais (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997, p. 123).

Conforme essa afirmação dos autores, é correto afirmar que, partindo da perspectiva do PNDH, tal plano solidificou a viabilização dos direitos humanos e sociais para todos os brasileiros como dever do Estado por meio de formulação de políticas públicas para assegurar os direitos da população. A partir disso, programas específicos foram criados com vistas a trabalhar essa questão de enfrentamento às violações dos direitos humanos no Brasil. Nesse sentido tem-se o Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA); Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM) e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH).

Embora o país tenha avançado no âmbito dos direitos humanos e sociais durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, após o golpe contra a democracia ocorrido no ano de 2016 e com o governo conservador e retrocedente de Jair Messias Bolsonaro, que teve início em 2019 e encerrará em dezembro de 2022, atualmente o que vivenciamos é a retirada de direitos, desmonte das políticas públicas e naturalização das desigualdades sociais.

Nesse contexto de crise política e econômica que estamos vivenciando, como as políticas públicas sociais podem se sustentar, se o Estado vem tirando os direitos mínimos do cidadão como saúde, educação e assistência social, reduzindo investimentos e privatizando esses meios, deixando a população à mercê? Portanto, diante dessa situação deplorável, os direitos humanos e sociais vêm enfraquecendo cotidianamente. Entretanto, como buscar direitos se estamos sendo bombardeados pelo Estado com a retirada de muitos direitos nas quais foram conquistados por meio de inúmeras lutas? A este respeito, torna-se necessário afirmar que estes questionamentos mencionados são bases condutoras para as discussões na contemporaneidade conjuntural política que, por sua vez, afeta o modo de vida da sociedade brasileira.

3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

3.1 As expressões da questão social em tempos de crise e perda de direitos

O Serviço Social enquanto especialização sócio-técnica do trabalho coletivo tem na questão social a base de fundamentação histórica, teórica e metodológica como profissão no Brasil. Dessa forma, é necessário enfatizar sobre o surgimento da questão social na sociedade, de acordo com Netto a expressão “questão social”

surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno da pauperismo. [...] A designação de pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 42-43).

Sendo assim, Netto (2001) aponta que a questão social é decorrente do modo de produção capitalista e que está determinada à exploração que, por sua vez, consiste no viés próprio e peculiar da relação capital-trabalho.

Conforme lamamoto (2017, p. 165), “o caminho anunciado para responder à questão social encontra-se na trilha da luta pelo direito ao trabalho”. Para Santos (2012), a questão social é, de um lado, a consideração da exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo. Alves (2005) afirma que

o Brasil passou a incorporar uma pauta de problemas sociais característicos do mundo do trabalho no cenário do capitalismo mundial e que são impostos pela nova ofensiva do capital na produção [...] Surge, como novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário que atinge o polo “moderno” da classe operária (ALVES, 2005, p. 247).

Com base nisto, lamamoto (2017) afirma que o “moderno” é construído através do “arcaico”, ressignificando elementos da herança histórica colonial e patrimonialista do Brasil, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. Em relação à mundialização do capital a autora aponta que

também reproduz, de forma ampliada, a questão social no espaço mundial e não apenas nos países pobres que lideram o *ranking* mundial das desigualdades e disparidades econômicas, políticas, religiosas, étnico-raciais, de gênero, entre suas outras múltiplas dimensões (IANNI, 2004 *apud* IAMAMOTO, 2017, p. 145).

Soares (2003) *apud* lamamoto (2017, p. 155) “atesta que a questão social assume proporções de um desastre social”. Dessa forma, isto potencializa as contradições sociais que sustentam as lutas sociais. Portanto, a questão social, de acordo com lamamoto (2017), é indissociável da sociedade capitalista e das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão do capital. Dessa forma,

a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes de tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na criação da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2017, p. 156).

Em tempos de crise do modo de produção capitalista, bem como da perda de direitos na política social, Boschetti (2017), destaca que as políticas sociais

são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros (BOSCHETTI, 2017, p. 65).

No que concerne à privatização e à focalização de direitos, na qual fere o que preconiza a Constituição Federal de 1988, Bravo (2007), autora esta na qual apresenta inúmeras contribuições teóricas acerca do Serviço Social atrelado à política de saúde, enfoca que o processo de privatização é pautado na política neoliberal, uma vez que tem como tendências para a diminuição de gastos, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização, ficando o Estado com o papel de garantir o mínimo aos que não podem pagar, deixando para o setor privado o atendimento de melhor qualidade aos cidadãos consumidores. A este respeito, a supracitada autora enfatiza as principais características que são: “o caráter focalizado para atender as populações

vulneráveis, a privatização dos serviços e o questionamento da universalidade do acesso” (BRAVO, 2007, p. 130).

Diante desta hegemonia neoliberal, que chega ao Brasil na década de 1990, ocorre a “redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação” (BRAVO, 2006, p. 100). Como é atribuição do Assistente Social o trabalho sob forma cotidiana com as expressões da questão social, logo com os sujeitos que as vivenciam, de acordo com Yasbek (1999), a questão social diz respeito ao elemento e à justificativa da composição do ambiente prático do Serviço Social na divisão sócio-técnica do exercício trabalhista, como também na constituição do caráter profissional dos Assistentes Sociais. Iamamoto (1982) afirma que as expressões da questão social devem ser compreendidas como “o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, que se expressam por meio das determinações econômicas, políticas e culturais que impactam as classes sociais” (IAMAMOTO, 1982 *apud* CFESS, 2010, p. 37).

3.2 As formas de enfrentamento contra o retrocesso das políticas sociais

No tocante às políticas sociais diversas discussões são feitas acerca das lutas por políticas públicas de acordo com Santiago, Nascimento e Moreira (2016) essas discussões nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1980, perpassam pelo cotidiano social. Dessa forma, é notório perceber que na década de 1980 ocorre o processo de redemocratização da política brasileira, haja vista que o Brasil vivenciou a opressão da ditadura civil-militar durante 21 anos, na qual não havia participação popular no processo de tomadas de decisões políticas, tampouco na execução das políticas públicas na perspectiva de universalidade. Sendo assim,

As mudanças na forma de gestão e controle das políticas públicas no período de Ditadura Militar (1964-1985) não contemplavam qualquer estratégia de participação popular. No intenso período da ditadura vivenciado pelo Brasil, a população foi cerceada de várias garantias fundamentais, e o país teve que se redemocratizar para que tais direitos fossem devolvidos (SILVA; CLEMENTE, 2018, p. 45).

Com base na afirmação acima, é correto afirmar que durante o regime militar brasileiro, preponderava o sistema autocrático de governo, tendo em vista que a

população não poderia exercer o pleno direito à democracia, tampouco de liberdade de expressão. Dessa forma, que se manifestava contra a ditadura era perseguido, preso, torturado e assassinado. A censura tomava conta dos sistemas de comunicação. Era, pois, um período totalmente repressor.

Vale destacar que durante esse tempo sombrio da história do Brasil, ocorre um vasto crescimento dos movimentos sociais. Entretanto, no intuito de combater as manifestações sociais contra a ditadura, são criados Atos Institucionais para reprimir as lutas por democracia e direitos humanos e sociais.

De acordo com Lima (1986), os movimentos sociais desempenham uma função importante na formação e acontecimento que configuram a história moderna. Assim, os movimentos sociais de hoje são produtos das sociedades em que vivemos, seja do capital seja contraditória. Para Lima (1986), “penetrar no estudo da diacronia dos movimentos sociais significa considerar que eles expressam as contradições existentes na sociedade e, ao mesmo tempo, são gerados em seu seio” (LIMA, 1986, p. 27). Nesse sentido, estudar os movimentos, conforme as teorias citadas significa que eles expressam as contradições existentes na sociedade. Os movimentos sociais são anteriores ao aparecimento das ações coletivas, de luta pelo transporte, infraestrutura urbana, igualdade de gênero, serviços de saúde ou de enfrentamento aos aparatos administrativos e repressivos do Estado.

As mudanças institucionais ocorridas no Brasil, com o processo de redemocratização, apresentam modificações no campo das políticas públicas em decorrência do novo desenho do sistema federativo brasileiro, cabendo ao governo federal a coordenação das políticas sociais, e aos municípios, enquanto entes federativos autônomos, a responsabilidade de sua execução, através de repasses de recursos (CARVALHO, 2000 *apud* SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 29).

Diante disto, com base no excerto acima citado, torna-se mister destacar acerca da promulgação da Constituição Federal de 1988, que, por sua vez,

é reflexo do interesse em garantir os direitos dos cidadãos e um marco na construção da democracia. As mudanças na forma de gestão e controle das políticas públicas no período de Ditadura Militar (1964-1985) não contemplavam qualquer estratégia de participação popular. No intenso período da ditadura vivenciado pelo Brasil, a população foi cerceada de várias garantias fundamentais, e o país teve que se redemocratizar para que tais direitos fossem devolvidos (SILVA; CLEMENTE, 2018, p. 45).

Com base nisso, faz-se imprescindível enfatizar que a Constituição Cidadã

[...] foi um processo decisivo para a institucionalização dos direitos sociais garantidos por leis e concretizados através das políticas públicas, trazendo como princípio a democracia participativa, redesenhando uma nova gestão pública pautada na abertura da participação popular nos eixos de planejamento, formulação e controle das políticas. Além disso, vale ressaltar, nesse contexto, as relevantes contribuições da sociedade civil na conquista de tais prerrogativas, resultado de muitas lutas frente às adversidades e contradições que afloravam no cotidiano (SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 39).

Conforme essa afirmação, pode-se afirmar que a Constituição Cidadã de 1988, por ser proveniente das lutas sociais da população brasileira no intuito da garantia dos direitos sociais aos cidadãos, de forma justa e igualitária, proporcionou a participação popular no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Como exemplo disto temos os conselhos de saúde, educação, assistência social, entre outros, que se constituem como órgãos colegiados, como também as conferências das políticas.

Vale ressaltar que, tanto os conselhos quanto as conferências são formulados pela União, Estado e Municípios, uma vez que

os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais (TATAGIBA, 2002 *apud* SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 41).

Estes fatores proporcionam a descentralização das políticas sociais, por meio da participação da sociedade civil, consolidando, assim, os princípios da democratização brasileira, haja vista que

a partir da Constituição Federal de 1988, a participação cidadã no Brasil na formulação das políticas públicas e, por conseguinte, na sua fiscalização, passou a ser recorrente. O cidadão passou a ter direito não só de escolher seus representantes, mas também de acompanhar e avaliar suas ações (SILVA; CLEMENTE, 2018, p. 52).

Santiago, Nascimento e Moreira (2016, p. 16) afirmam que “na sociedade brasileira, as conquistas sociais, em sua maioria, são decorrentes dos conflitos e lutas sociais que se configuram em processo político importante para a constituição de políticas públicas democráticas”. Tomando como base essa afirmação dos

autores, é notório perceber que, no Brasil, a consolidação das políticas públicas que temos hoje, embora o retrocesso seja constante, é fruto das lutas dos movimentos sociais.

Bravo (2006) afirma que a Constituição Federal de 1988

inaugura um novo sistema de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social que universaliza os direitos sociais, concedendo a Saúde, a Assistência Social e a Previdência como questão pública de responsabilidade do Estado (BRAVO, 2006, p. 88).

As políticas sociais sob a perspectiva tradicional, conforme Pastorini (1997), possuem características redistributivas através de ações estatais e

são concebidas como um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais. Ou seja, são pensadas como aquelas atividades que têm como função principal a “correção” dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista (PASTORINI, 1997, p. 81).

Pode-se afirmar que o objetivo desta redistribuição consiste na amenização das desigualdades sociais causadas pela divisão social do trabalho, do mercado, da riqueza, entre outros fatores recorrentes das problemáticas acerca da questão social. Com base nisto, as políticas sociais através da perspectiva tradicional têm como finalidade

melhorar o bem-estar da população em seu conjunto, especialmente daqueles prejudicados pelo mercado. [...] A alternativa de solução passaria por uma melhor redistribuição da renda ou uma distribuição “menos desigual dos recursos sociais. Assim, as políticas sociais apresentam-se como aquelas ações que procuram restabelecer o equilíbrio social via redistribuição da renda, ou seja, partindo da idéia de que existem oportunidades dispare, desigualdades econômicas etc., entram em cena as políticas sociais com o objetivo de compensar aqueles que foram prejudicados na distribuição (PASTORINI, 1997, p. 82).

No entanto, de acordo com a supracitada autora tal redistribuição através das políticas sociais não se torna suficiente para compensação das desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes na sociedade capitalista.

Diante destes aspectos acima citados, torna-se de suma importância destacar que existe a perspectiva das políticas sociais sob a ótica marxista, uma vez que há uma crítica alusiva a concepção anterior, na qual critica a versão tradicionalista das políticas sociais, que, por sua vez, são denominadas como caráter redistributivo.

Dessa forma, com base nas afirmações de Pastorini (1997), faz-se mister enfatizar que a perspectiva marxista preconiza as políticas sociais como concessões e conquistas, tendo em vista que as políticas sociais, além do viés redistributivo, devem cumprir funções econômicas e políticas, além de entender as políticas sociais como mecanismos de articulação, tanto dos processos políticos quanto dos processos econômicos.

A este respeito, conforme Pastorini (1997), ocorreram avanços no que se refere à perspectiva marxista: o primeiro avanço foi a questão das políticas sociais na perspectiva da totalidade e o segundo avanço consiste na centralidade e relevância da luta de classes. No que se refere à perspectiva da totalidade, “constitui um erro entender as políticas sociais só como aquelas ações que tendem a diminuir as desigualdades sociais e restabelecer o equilíbrio social por meio da redistribuição de recursos” (PASTORINI, 1997, p. 87).

Torna-se importante destacar que a totalidade social diz respeito à compreensão da difícil relação entre o complexo social do trabalho e demais complexidades sociais nas quais historicamente vão sendo construídos.

4 OS PRINCIPAIS DESAFIOS COLOCADOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA SOCIAL

4.1 Lutas pelos direitos humanos e sociais no contexto do retrocesso da política social

Conforme Boschetti (2017), os mais de oitenta anos do Serviço Social no Brasil relacionam-se ao enfrentamento das diversas expressões da questão social até os dias atuais, tanto através das políticas sociais e materialização dos direitos, quanto na articulação com os movimentos sociais na busca incessante pela garantia dos direitos sociais intrínsecos à população e favoráveis condições de vida. Para a autora, a intervenção profissional se consolidou predominantemente no campo das políticas sociais principalmente pela concretização dos direitos sociais, tais como: saúde, educação, assistência social, habitação, previdência social, trabalho, lazer, entre outros. A este respeito possuem uma “relação direta com os(as) trabalhadores(as) em condição de violação de direitos, que buscam no Serviço Social uma possibilidade para aceder à informação e à orientação para acesso aos bens e serviços públicos” (BOSCHETTI, 2017, p. 63).

Conforme Iamamoto (2017), os profissionais de Serviço Social prestam serviços socioassistenciais realizados nas políticas públicas e organizações privadas, intervindo nas cotidianas relações sociais, no atendimento às diversas expressões da questão social, seja no âmbito do trabalho, familiar, moradia, saúde, assistência social, dentre outros aspectos. No tocante aos desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade, através do retrocesso na inviabilização dos direitos sociais à população brasileira, perpassa por situações outrora ocorridas na época dos governos presidenciais passados, como, por exemplo, na ditadura militar e nos governos neoliberais da década de 1990, principalmente na luta contra o conservadorismo e a autocracia existente, tendo em vista que a classe trabalhadora encontra-se diretamente afetada e as políticas públicas, acentuadamente, de saúde e assistência social estão sofrendo processo de bancarrota, na qual os direitos sociais estão sendo violados.

Com base nisto pode-se afirmar que

a supressão dos direitos e a crescente predominância de posicionamentos conservadores contra os direitos humanos atingem de forma direta o trabalho dos assistentes sociais, cujo desafio é, justamente, buscar alternativas para ampliar o acesso aos direitos, lutar contra a destruição dos direitos conquistados, bem como pela sua ampliação (BOSCHETTI, 2017, p. 60).

No que concerne à atuação do Assistente Social frente a estas problemáticas ocorridas na política social pela atual conjuntura, pode-se destacar que, tomando como base o atual Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), Lisboa (2014) afirma que:

cabe a este profissional o compromisso com a garantia dos direitos sociais adquiridos sob forma constitucional, a construção de uma nova analogia entre os serviços públicos, a melhora na qualidade dos serviços prestados à população, como também o respeito aos direitos dos usuários. Dessa forma, o Assistente Social, tem como uma de suas funções intermediar a relação entre o dever do Estado e o direito à população (LISBOA, 2014, p. 30).

Iamamoto (2017) afirma que o Assistente Social, profissional este na qual é chamado para implementação e viabilização dos direitos sociais, encontra-se em dificuldade de operacionalização das ações, tendo em vista que dependem de recursos, condições e formas trabalhistas cotidianamente escassos para operacionalizar as políticas sociais na política social. Conforme Costa (2006),

a inserção do trabalho dos Assistentes Sociais encontra-se submetida a um conjunto de determinações sociais impostas pelas relações que se estabelecem na sociedade capitalista. Segundo a referida autora, o exercício profissional do Assistente Social ao vincular a realidade como especialização do trabalho, sofre um processo de organização de suas atividades em função da sua inserção no processo de trabalho desenvolvido pelo conjunto dos trabalhadores (COSTA, 2006 *apud* LISBOA, 2014, p. 30).

Vasconcelos (2015) aborda que os Assistentes Sociais precisam ter demasiado comprometimento com o projeto ético-político do Serviço Social, proporcionando a colaboração no planejamento de técnicas estratégicas de garantia dos direitos de cidadania. Ressalta também que,

como explicitado no Código de Ética, é uma direção que, colocando como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, tomando como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, elege um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária (VASCONCELOS, 2015, p. 131).

Diante desta afirmativa, torna-se importante enfatizar que cabe ao Assistente Social ter um olhar totalitário do contexto social do usuário das políticas sociais, com a finalidade de promover o pleno exercício da democracia e do reconhecimento das diversidades culturais.

Quanto à democratização das informações, função esta indispensável ao profissional de Serviço Social, o Código de Ética Profissional do Serviço Social, preconiza que o Assistente Social deve “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários” (CFESS, 1993, p. 23 *apud* LISBOA, 2014, p. 38). Sobre esta afirmação mencionada, Vasconcelos (2015) destaca que

ao democratizar informações e possibilitar o exercício de práticas democráticas, os assistentes sociais podem contribuir na apropriação, pelos usuários, de categorias de análise do patrimônio intelectual, para que possam, na medida do possível, se colocar criticamente frente ao seu cotidiano e participar da luta política na defesa de seus interesses (VASCONCELOS, 2015, p. 267).

Em relação às problemáticas vivenciadas quanto à negação dos direitos sociais à população na política social, Mota (2012) afirma que o Serviço Social vem problematizando e politizando sob forma coletiva o exercício profissional e a formação acadêmica dos Assistentes Sociais. Para tanto, deve-se resgatar a diferença entre iniciativas de enfrentamento da pobreza e estratégias de superação das desigualdades, compreendendo o exercício dos direitos sociais como uma mediação política anticapitalista e não como um projeto societal.

A esse respeito temos como exemplo a seguinte afirmação de Santiago, Nascimento e Moreira (2016): “a participação política, na luta pela conquista de direitos e de transformação social perante as desigualdades, é de extrema importância como um dos aspectos fundamentais dos regimes democráticos do Estado moderno” (SANTIAGO; NASCIMENTO; MOREIRA, 2016, p. 89). Torna-se importante destacar também que as lutas sociais têm incidência na questão social e nos seus mecanismos de enfrentamento e superação, que, por sua vez, é algo intrínseco da égide profissional do Serviço Social e que se vincula diretamente à defesa intransigente dos direitos humanos e sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), buscou-se tecer acerca das políticas públicas em fase de retrocesso e crise no tocante à viabilização dos direitos sociais à população, preconizados pela política neoliberalista e autocrática, como também as reais atribuições dos profissionais de Serviço Social frente a tais problemáticas atualmente existentes.

Cabe destacar que na contemporaneidade, estamos vivendo um processo de retrocesso dos direitos sociais através de um governo brasileiro considerado conservador, negacionista, ecocida e genocida frente à sociedade democrática, na qual vivemos uma camuflagem ditatorial, uma vez que o sistema de gestão autocrática prepondera no que diz respeito ao regimento e execução das políticas públicas brasileiras, criminalizando as lutas dos movimentos sociais, que, por sua vez, o atual (des)governo consiste num Estado autocrático como violador dos direitos humanos, sociais e políticos.

Desse modo, faz-se necessário resistirmos a todas essas formas de opressão e negação de direitos humanos e sociais e continuarmos nadando contra essa nefasta correnteza de legitimação da discriminação, da criminalização dos movimentos sociais. Diante de tais problemáticas societárias existentes, torna-se de suma importância a participação da sociedade civil nos movimentos sociais, como também no planejamento, execução e avaliação das políticas sociais, com a finalidade de efetivá-las como pleno direito de cidadania.

Nas eleições presidenciais de 2022, apesar do acentuado número de pessoas alienadas a favor do conservadorismo e da privação de direitos sociais para as classes menos favorecidas, na qual tornou-se o processo eleitoral mais acirrado para a disputa de Presidente da República desde a redemocratização política brasileira, a democracia falou mais alto e a maioria da população brasileira lutou contra o retrocesso das políticas sociais e retirou o conservadorismo e o autoritarismo do poder.

Agora é necessário continuar lutando, sonhando e esperando por dias melhores para nossa nação, tão massacrada nos últimos anos, na certeza de que a plenitude dos direitos humanos e sociais voltarão consolidando o que preconiza nossa Constituição Cidadã, que, por sua vez, protege nossa liberdade e igualdade,

nas quais são garantidos por lei. A esse respeito, é correto afirmar que tal Constituição representa uma grande conquista para os cidadãos brasileiros. Nesse sentido, a Constituição Federal é fruto das diversas manifestações da sociedade civil, dos movimentos sociais em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, primando pela garantia dos direitos com a finalidade de ter vez e voz no âmbito político e, principalmente, na gestão pública.

Para tanto, é essencial que o profissional de Serviço Social, que desempenha o exercício trabalhista nas políticas públicas, tenha um ampliado conhecimento da realidade, além de domínio teórico e metodológico da dimensão profissional, como também habilidades técnico-operativas, nas quais possibilitam o atendimento das demandas impostas ao cotidiano da prática profissional. Assim sendo, deverá, acima de tudo, permitir o exercício das práticas democráticas no processo de tomada de decisões, na participação das lutas em defesa dos interesses da população, bem como na promoção do bem-estar dos usuários compreendendo-os a partir dos condicionantes sociais, econômicos e culturais, viabilizando as políticas sociais como direito de todos e dever do Estado.

Dessa forma, faz-se necessário afirmar que os Assistentes Sociais devem sempre estar se atualizando frente às novas perspectivas das conjunturas políticas, hodiernamente existentes na política social brasileira, além de buscarem pela participação nos processos de planejamento, controle, execução e avaliação das políticas públicas, com a finalidade de participar da luta em prol dos direitos sociais da população, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal de 1988. Além disso, os profissionais de Serviço Social devem estar sempre engajados nas lutas dos movimentos sociais favorecendo, dessa maneira, com que os direitos humanos e sociais estejam sempre atrelados como direitos fundamentais da população, efetivando, nesse sentido, a participação da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez. n. 128. 2017.

BRAVO, Maria Inês Sousa. Política de Saúde no Brasil. Cap. 5. 1ª Parte: Política Social e Política de Saúde. *In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BRAVO, Maria Inês Sousa. Serviço Social e Saúde: desafios atuais. *In: Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Política de Saúde e Serviço Social: impasses e desafios. Ano I, n. 1, (jan./jun., 2000) – São Luís, 2007.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Brasília, 2010.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. Cap. 7. 2ª Parte: Serviço Social e Saúde. *In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

ENGELMANN, Fabiano; MADEIRA, Lígia Mori. A causa e as políticas de direitos humanos no Brasil. *In: Caderno CRH*. n. 28 (75), Set.-Dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300011>. Acesso em 16 nov. 2022.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. História dos direitos humanos e seu problema fundamental. *In: Revista Âmbito Jurídico*. Rio Grande, VIII, nº 23, out 2005. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=176. Acesso em 7 mar. 2022.

LIMA, Boris Alexis. Movimento Social: a decodificação de um conceito. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. nº 22, ano VII. São Paulo. Editora Cortez, 1986.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LISBOA, Magno da Nóbrega. **A contribuição profissional do Serviço Social no Hospital Universitário Alcides Carneiro no direito à saúde.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, 2014.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-metodológico ao Serviço Social brasileiro. *In: **Desenvolvimento e Construção da Hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade.* 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Proposito da “Questão Social”. *In: **Temporalis.*** Ano 2. n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *In: **Revista Serviço Social & Sociedade.*** Editora Cortez. São Paulo. 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *In: **Estudos Avançados.*** n. 11(30), Ago. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200009>. Acesso em 16 nov. 2022.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do; MOREIRA, Orlandil de Lima. (Orgs.). **Genêro, participação política e novas sociabilidades da juventude.** Campina Grande: EDUEPB, 2016. *E-book.*

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidades no Brasil. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. v. 6, 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, José Irialdo Alves de Oliveira; CLEMENTE, Maria Isabel Ramos. Governo eletrônico e os portais municipais: uma avaliação sobre os sites dos municípios do cariri ocidental paraibano baseada na Lei de Acesso à Informação. *In: SILVA, José Irialdo Alves de Oliveira; SILVA, Luiz Antônio Coêlho da. (Orgs.). **A gestão pública municipal:** múltiplas abordagens.* Campina Grande: EDUEPB, 2018. *E-book.*

SILVA, Luiz Antônio Coêlho da; PEREIRA, Laudiceia Soares da Silva. Terceiro setor: aspectos sociais e econômicos da associação comunitária de Laginha em Sumé, na Paraíba. *In: SILVA, José Irialdo Alves de Oliveira; SILVA, Luiz Antônio Coêlho da. (Orgs.). **A gestão pública municipal:** múltiplas abordagens.* Campina Grande: EDUEPB, 2018. *E-book.*

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2015.

YASBEK, Maria Carmelita. **O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo.** Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.